

- WHISH, R. "Competition Law", 3.ª ed., Butterworths, (1993).
- WHITE, L. "Antitrust and Merger Policy: A Review and Critique" in *Economic Perspectives* n.º2 (1987).
- WILLIAMSON, O. "Market and hierarchies: Analysis and antitrust implications", NY Free Press, (1975).
- WILLIAMSON, O. "Antitrust Law and Economics", Philadelphia, Dame Publications, (1980).
- WINCKLER, A. "Etude critique du reglement CEE sur le contrôle des concentrations d'entreprises", *Revue du marché commun*, (1990), págs. 541 e ss.
- WISH, R. "Competition Law", Londres-Butterworths, (1985).
- WOLFSTETTER, E. "Oligopoly and Industrial Organization", Humboldt-Universitat Discussion Paper, *Economic Series*, n.º 10, Berlim, (1993).
- WOLKEN, J. "Geographic Market Delineation: A Review of the Literature" in Federal Reserve System Staff Studies (1984).
- WOUTERS, J. "Conflict of Laws and the Single Market for Financial Services", policopiado, Universidade de Maastricht e de Antuérpia, (1997).

Y

- YAO, D. e DE SANTI, S. "Game Theory and the Legal Analysis of Tacit Collusion" in *Antitrust Bulletin*, Vol. 38, n.º 1 (1993), págs. 113-141.
- YSSELT, C. V. "Two aspects of the treatment of banks under the EC Merger Control Regulation" in *European Financial Services Law*, Agosto/Setembro (1994), págs 115-118.
- YWNAWAKI, H., SLEUWAEGER, L. e WEISS, L.W. "Industry Competition and the Formation of the European Common Market", Concentration and Price, MIT Press, (1989), págs.112-43.

Z

- ZACHMANN, J. "Principes économiques de base et leur application aux marchés bancaires", in *Le Secteur Bancaire et la Concurrence*, Cahiers AEDBF, Bruylant, Bruxelas, 1997, págs. 31 e ss..
- ZACHMANN, J. e SOUSI-ROUBI, B. "Le contrôle communautaire des concentrations bancaires" in *Cahiers de l'Institut Européen de Droit Bancaire et de la Bourse* n.º36, Março/Abril (1993), págs. 77 e ss..
- ZEE, E. V. D. "Making banca/assurance work" in *Banker's Digest international*, Summer (1993), págs. 9 a 14.

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	17
DELIMITAÇÃO DO OBJECTO	23
1. PRÉVIO	23
2. REFLEXÃO OPERACIONAL	25
3. REFLEXÃO INSTITUCIONAL	34
3.1. <i>Distorções na concorrência entre instituições de crédito e instituições financeiras, não qualificáveis como instituições de crédito, que desempenhem as mesmas actividades</i>	38

TOMO I

PARTE I

INTRODUÇÃO GERAL

CAPÍTULO I

LIBERDADE DE ACESSO

1. MERCADO ÚNICO — DA CLAUSURA À LIBERDADE	41
1.1. <i>Questões iniciais</i>	41
1.2. <i>Evolução Legislativa</i>	44

CAPÍTULO II

CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

1. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA	53
1.1. <i>Razão de ordem. Regulação e Concorrência</i>	53
1.2. <i>Análise Crítica</i>	55
2. A REGULAÇÃO E A CONCORRÊNCIA NO MERCADO BANCÁRIO	57
3. A DESREGULAÇÃO E A CONCORRÊNCIA NO SECTOR BANCÁRIO	59
4. O MERCADO ÚNICO NA CONCORRÊNCIA BANCÁRIA	63

CAPÍTULO III

RESTRIÇÕES AO ACESSO AO MERCADO

1. ÂMBITO SUBJECTIVO DE APLICAÇÃO	67
1.1. <i>Natureza subjectiva</i>	68

1.2. Condições para o Acesso	69
1.2.1. Capital Inicial	69
1.2.2. Estrutura do Capital Inicial	70
1.3. Condições de exercício	71
1.3.1. A permanência dos fundos próprios	72
1.3.2. Controlo da Estrutura de Capital	75
1.3.3. Limites à Detenção de Participações	77
1.3.4. Participação num sistema de garantia de depósitos ..	79
1.3.5. Transparência da estrutura de Grupo	80
1.3.6. Existência de procedimentos de controlo interno, nomeadamente em matéria de luta contra o bran- queamento de capitais	81
2. LIMITAÇÕES FUNCIONAIS INTRINSECAS	81
3. BARREIRAS AINDA EXISTENTES	86
3.1. Barreiras à entrada no mercado bancário	87
3.2. Barreiras económicas à saída no mercado bancário	89
3.3. Barreiras psicológicas - breve referência	90
4. BARREIRAS JURÍDICAS À EFECTIVAÇÃO DO MERCADO ÚNICO NOS SERVIÇOS BANCÁRIOS	91

CAPÍTULO IV

ALGUMAS QUESTÕES ESPECÍFICAS

1. O CONCEITO DE INTERESSE GERAL COMO LIMITADOR DO ACESSO À PROFISSÃO	99
1.1. Respeito do interesse geral por parte de uma sucursal	103
1.2. Condições de imposição das disposições relativas ao inte- resse geral do país de acolhimento	105
1.3. Articulação com a Convenção de Roma	107
1.4. Conclusões	108
1.5. O acórdão Keck	109
2. SERVIÇOS DE INTERESSE ECONÓMICO GERAL NO SEC- TOR BANCÁRIO	112
2.1. Declaração do Conselho Europeu, de 18 de Junho de 1997	112
2.2. Artigo 86.º n.º 2 do Tratado	112
2.3. Os serviços de interesse económico geral no sector bancário	115
3. TRATAMENTO FAVORÁVEL/DESFAVORÁVEL DAS ENTI- DADES NACIONAIS	116
3.1. Discriminação às avessas	116
3.2. Concorrência entre ordens jurídicas	119
4. CONCLUSÕES	121
5. IMPACTO DA UEM NO SECTOR BANCÁRIO	123

CAPÍTULO V

PRÁTICAS COMERCIAIS

1. ESTRATÉGIAS CONCORRENCIAIS ACTUAIS	125
1.1. Elementos conformadores da estratégia	125
1.1.1. Factores estratégicos endógenos	127
1.1.2. Factores estratégicos exógenos	127
1.1.3. Conclusão	128
2. INOVAÇÃO	131
2.1. Conceito	131
2.2. Enquadramento Teórico	132
2.3. Factores de Inovação	133
2.4. Limites à inovação bancária	134
3. ESPECIALIZAÇÃO OU BANCA UNIVERSAL?	136
3.1. Introdução	136
3.2. Banco Universal	138
3.2.1. Conceito	138
3.2.2. Conclusões	139

CAPÍTULO VI

TEORIA ECONÓMICA DA CONCORRÊNCIA BANCÁRIA

1. ECONOMIAS DE ESCALA	143
1.1. Conceito	143
1.2. Economias de escala e de gama na actividade bancária ...	145
1.2.1. Doutrina Americana	145
1.2.2. Doutrina Europeia	147
1.3. Conclusões	150
2. PARTICULARIDADES DO SECTOR	153
2.1. A nível micro-económico	153
2.1.1. Factores de produção	153
2.1.2. Relações de clientela	154
2.1.3. Risco	156
2.2. A nível macro-económico	156
2.2.1. Controlo público	156
2.2.2. Potencial geração de exterioridades	157
2.2.3. "Vida Tranquila"	157
2.3. Conclusões parciais	157
3. A CONCORRÊNCIA PERFEITA	158
4. A CONCORRÊNCIA IMPERFEITA	159
4.1. O Monopólio	161
4.2. O Oligopólio	162

5. A CORRENTE DA "CONCORRÊNCIA PRATICÁVEL"	165
6. TEORIA DOS MERCADOS CONTESTÁVEIS	166
7. CONCLUSÃO	167
8. A NOVA TEORIA DE ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL	170
8.1. <i>Conceitos básicos</i>	171
8.2. <i>Tipos de concertação</i>	175
8.2.1. Concertação pelos preços	176
8.2.2. Concertação pela capacidade	179
8.2.3. Concertação relativa à divisão dos mercados	181
8.2.4. Conclusões preliminares	182
8.3. <i>A Nova Economia Industrial e o Seu Impacto na Avaliação do Domínio Colectivo</i>	187
8.4. <i>Factores determinantes do equilíbrio na concertação</i>	193
8.5. <i>Nova teoria da organização industrial e incentivos à concertação</i>	199

TOMO II

PARTE II

A APLICABILIDADE DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA COMUNITÁRIO À ACTIVIDADE BANCÁRIA

CAPÍTULO I

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

1. POSIÇÃO INICIAL DA COMUNIDADE	205
2. O ACÓRDÃO ZUCHNER	207
2.1. <i>Enquadramento</i>	207
2.2. <i>Discussão de Direito</i>	208
3. REACÇÃO DA COMISSÃO	215
4. CONDUTA POSTERIOR DO TRIBUNAL	217

CAPÍTULO II

A APLICABILIDADE DAS LEIS INTERNAS DE CONCORRÊNCIA AO SECTOR BANCÁRIO APRECIAÇÃO DE DIREITO COMPARADO

1. INTRODUÇÃO	219
2. SECTOR PÚBLICO BANCÁRIO	220
3. APRECIAÇÃO GERAL	224
3.1. <i>Bélgica</i>	225
3.2. <i>Finlândia</i>	227

3.3. <i>Irlanda</i>	228
3.4. <i>Canadá</i>	229
3.5. <i>Reino Unido</i>	229
3.5.1. Acordos e práticas concertadas	234
3.5.2. Aplicação da legislação de tutela da concorrência ao sector bancário	235
3.6. <i>Alemanha</i>	238
3.6.1. Legislação existente e autoridades tutelares da concorrência	238
3.6.2. Posição dominante	239
3.6.3. Operações de concentração	241
3.6.4. Acordos e práticas concertadas	242
3.6.5. Aplicação da legislação de tutela da concorrência ao sector bancário	244
3.7. <i>França</i>	247
3.7.1. Legislação existente e autoridades tutelares da concorrência	247
3.7.2. Acordos e abuso de posição dominante	248
3.7.3. Definição de controlo e operações de concentração	250
3.7.4. Aplicação ao sector credfício	252
3.8. <i>Itália</i>	254
3.8.1. Legislação existente e autoridade de tutela da concorrência	254
3.8.2. Acordos e Abuso de Posição Dominante	259
3.8.3. Aplicação prática	260
3.8.4. Concentração e tomada de controlo	261
3.8.5. Aplicação prática	264
3.8.6. Algumas observações sobre o sistema italiano	268
3.9. <i>Estados Unidos da América</i>	273
3.9.1. Acordos	276
3.9.2. Fusões e concentrações	277
3.9.3. Correntes doutrinárias americanas	279
3.10. <i>Conclusões</i>	282

CAPÍTULO III

REGIME JURÍDICO CONCORRENCIAL DA COMUNIDADE EUROPEIA

1. APRECIAÇÃO GERAL	297
2. EMPRESAS	301
3. AFECTAÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE ESTADOS-MEMBROS	306

4. A APLICAÇÃO EXTRA-TERRITORIAL DO DIREITO COMUNITÁRIO DA CONCORRÊNCIA	308
5. A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO COMUNITÁRIO E O DIREITO NACIONAL	310
6. OS PRODUTOS BANCÁRIOS	311
6.1. <i>Prévio</i>	311
6.2. <i>Delimitação do produto</i>	311
6.2.1. O mercado dos empréstimos	312
6.2.2. O mercado dos depósitos	314
6.3. <i>Conclusão</i>	315
6.3.1. Uma questão actual — a moeda electrónica como depósito	315
6.3.2. Uma outra questão — operações de capitalização de seguros	319

CAPÍTULO IV

O ARTIGO 82.º O ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE

1. A POSIÇÃO DOMINANTE	323
1.1. <i>Conceito</i>	323
1.1.1. Os casos <i>Continental Can</i> e <i>United Brands</i>	325
1.1.2. Interação estratégica e posição dominante: aspectos teóricos	325
2. O MERCADO RELEVANTE	328
2.1. <i>A parte substancial</i>	328
2.2. <i>O mercado em causa</i>	329
2.2.1. Delimitação espacial	329
2.3. <i>Aplicação ao sector bancário</i>	332
2.4. <i>Delimitação temporal</i>	336
2.5. <i>Delimitação material</i>	337
2.5.1. Critério da substituíbilidade razoável	338
2.5.2. Critério da taxa de elasticidade cruzada	339
2.6. <i>Restante legislação comunitária e prática das Instituições Comunitárias</i>	339
2.7. <i>Outros factores relevantes</i>	342
3. CONCEITO — ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE — ARTIGO 82.º	344
3.1. <i>Posição Dominante</i>	345
3.2. <i>Abuso</i>	348
3.3. <i>A posição dominante colectiva. Remissão</i>	352
3.4. <i>Conclusões</i>	352
3.5. <i>O abuso de posição dominante no sector bancário</i>	353

TOMO III

CAPÍTULO V

ACORDOS, PRÁTICAS CONCERTADAS E DECISÕES DE ASSOCIAÇÕES DE EMPRESAS

1. O ARTIGO 81.º	361
1.1. <i>Apreciação geral</i>	361
1.2. <i>Análise na especialidade</i>	362
1.2.1. Acordos entre empresas — Artigo 81.º	362
1.2.2. Prática concertada	365
1.2.3. <i>Decisão de empresas</i>	370
1.3. <i>Critério do prejuízo sensível</i>	371
1.4. <i>Critérios de análise económica</i>	372
1.4.1. Critério da “ <i>rule of reason</i> ”	373
1.5. “ <i>Objecto ou efeito</i> ” do acordo, decisão ou prática concertada	374
1.6. <i>Nulidade dos Acordos e Decisões — artigo 81.º n.º 2</i>	381
2. A CONCERTAÇÃO NO SECTOR CREDÍTCIO	383
3. A CONCERTAÇÃO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE PAGAMENTOS	385
4. COMPORTAMENTOS LESIVOS DA CONCORRÊNCIA NO SECTOR CREDÍTCIO	388
4.1. <i>Prévio</i>	388
4.1.1. Fixação, de forma directa ou indirecta, dos preços de compra ou de venda, ou quaisquer outras condições de transacção	389
4.1.2. Limitar ou controlar a prod., a distrib., o desenvolvimento ou os investimentos	389
4.1.3. Repartir os mercados ou as fontes de abastecimento	390
4.1.4. Aplicação, relativamente a parceiros comerciais, de condições desiguais no caso de prestações equivalentes colocando-os, por esse facto, em desvantagem na concorrência	391
4.1.5. Subordinação da celebração de contratos à aceitação, por parte dos outros contraentes, de prestações suplementares que, pela sua natureza ou de acordo com os usos comerciais, não têm ligação com o objecto desses contratos	391
5. PRIMEIRAS DECISÕES COMUNITÁRIAS	393
5.1. <i>Acordos entre bancos de um mesmo Estado</i>	393
5.1.1. “ <i>Condições gerais dos bancos</i> ”	393
5.1.2. Acordos sobre taxas de juro	394
5.1.3. Acordos sobre os custos dos serviços prestados pelos bancos	395

6. CONDIÇÕES DE ACESSO À PROFISSÃO OU AOS MERC. FINANCEIROS.....	396
6.1. <i>Caso Sarabex</i>	396
6.2. <i>A aplicação das normas comunitárias da concorrência aos Euromercados</i>	400
6.3. <i>Regras impostas aos mercados por alguns Estados-membros</i>	405
7. ACORDOS ENTRE BANCOS DE DIFERENTES ESTADOS MEMBROS.....	407
7.1. <i>Acordos de cooperação transnacional entre bancos</i>	407
7.2. <i>O caso Zuchner</i>	409
7.2.1. <i>Conclusão</i>	412
8. DECISÕES ADOPTADAS SOBRE SISTEMAS DE PAGAMENTOS.....	413
8.1. <i>Decisão "Eurocheques uniformes"</i>	413
8.1.1. <i>Apreciação Global</i>	422
8.2. <i>Decisão relativa ao acordo eurocheque de Helsínquia</i>	424
9. EFEITOS DE ACORDOS ENTRE BANCOS DOMÉSTICOS NO COMÉRCIO ENTRE ESTADOS MEMBROS.....	431
9.1. <i>Generalidades</i>	431
9.2. <i>O Acordo BANCOMAT entre os bancos italianos</i>	434
9.2.1. <i>Acordos que estabelecem comissões mínimas para o arrendamento de cofres e para o depósito de títulos ..</i>	435
10. DECISÕES DAS ASSOCIAÇÕES NACIONAIS DE BANCOS.....	437
10.1. <i>Decisão "Irish Banks' Standing Committe" (IBSC)</i>	437
10.2. <i>Decisão "Association Belge des Banques" (ABB)</i>	440
10.2.1. <i>Cláusulas não restritivas da concorrência</i>	441
10.2.2. <i>Isenções</i>	441
10.2.3. <i>Proibições</i>	445
10.2.4. <i>Apreciação Geral</i>	446
10.3. <i>Decisão "Associação Bancária Italiana"</i>	447
10.3.1. <i>Certificados negativos</i>	448
10.3.2. <i>Isenções</i>	449
10.3.3. <i>Proibições</i>	452
10.3.4. <i>Acordos quanto à taxa de juro</i>	453
10.3.5. <i>Apreciação geral</i>	453
10.4. <i>Decisão "Bancos Neerlandeses"</i>	454
10.4.1. <i>Atestados negativos</i>	455
10.4.2. <i>Acordos aos quais foi concedida uma isenção</i>	458
10.4.3. <i>Análise na especialidade</i>	460
10.4.4. <i>Não tomada de posição</i>	462
10.4.5. <i>Apreciação Geral</i>	463
10.5. <i>Acordos sobre taxas de juro</i>	451
10.5.1. <i>Posição da Comissão antes do Acórdão Zuchner..</i>	451

10.5.2. <i>Posição da Comissão após o Acórdão Zuchner</i>	465
10.5.3. <i>Caso Van Eycke</i>	467
10.5.4. <i>Especificidade dos acordos e práticas relativos a juros</i>	476
10.5.5. <i>Conduta da Comissão</i>	479
11. OUTRAS DECISÕES EM MATÉRIA BANCÁRIA.....	481
11.1. <i>Acordos bilaterais de cooperação entre bancos de poupança europeus</i>	481
11.2. <i>Distribuidores automáticos de notas</i>	482
11.3. <i>Constituição da EGFI</i>	482
11.4. <i>Regime de contrapartidas para a abertura de novos balcões</i>	483
11.5. <i>Os pagamentos electrónicos</i>	483
11.6. <i>O acordo "Bancos espanhóis"</i>	484
12. CONCLUSÕES.....	485
12.1. <i>Cooperação técnica entre bancos</i>	490
12.2. <i>As Comissões interbancárias multilaterais</i>	492
12.2.1. <i>A aplicabilidade do n.º 1 do artigo 81.º às CIM...</i>	498
12.2.2. <i>A aplicabilidade do n.º 3 do artigo 81.º às CIM...</i>	504
12.3. <i>Pistas para o futuro</i>	506
12.4. <i>Outras questões actuais. Cartões Multibanco</i>	510
12.4.1. <i>Análise da questão</i>	511
12.4.2. <i>A No Discrimination Rule</i>	512
12.4.3. <i>Outras questões concorrenciais não relacionadas com os preços</i>	517
12.4.4. <i>Limites à liberdade de acção</i>	520
12.4.5. <i>A compatibilidade e a exclusividade</i>	521
12.4.6. <i>Especificidades</i>	521
12.4.7. <i>Algumas questões: Limites dos poderes</i>	523

TOMO IV

CAPÍTULO VI

POSIÇÃO DOMINANTE COLECTIVA E A SUA APLICABILIDADE NO ESTUDO DA CONCORRÊNCIA BANCÁRIA

1. INTRODUÇÃO.....	525
2. CRITÉRIOS DE AFERIMENTO.....	531
3. POSIÇÃO OU COMPORTAMENTO DOS SUJEITOS EM CAUSA.....	532
3.1. <i>Relações entre concorrentes</i>	532
3.2. <i>Relações fornecedor-cliente</i>	536

4. CARACTERÍSTICAS DOS MERCADOS EM CAUSA	537
5. CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS	540
6. CONCLUSÕES	543

PARTE III

ASPECTOS ESSENCIAIS DO REGIME COMUNITÁRIO DAS CONCENTRAÇÕES BANCÁRIAS

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. ENQUADRAMENTO BÁSICO	551
2. TENDÊNCIAS DE CONCENTRAÇÃO MUNDIAL	553
3. O CASO PORTUGUÊS	559
4. CONCLUSÕES	562
5. ESTRATÉGIAS DE PENETRAÇÃO EM MERCADOS ES- TRANGEIROS	563
6. CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS COMUNS	564
6.1. Breve enquadramento histórico	564
6.2. Alguns movimentos recentes	565

CAPÍTULO II

REGIME JURÍDICO COMUNITÁRIO DAS CONCENTRAÇÕES BANCÁRIAS

1. REGIME BASE	569
2. DEFINIÇÃO DE CONCENTRAÇÃO	570
2.1. O Controlo	570
2.1.1. As participações temporárias	573
3. CONCENTRAÇÕES BANCÁRIAS DE DIMENSÃO COMUNI- TÁRIA	574
4. A CONCENTRAÇÃO E AS EMPRESAS COMUNS	585
5. IMPACTO DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NA CON- CORRÊNCIA	588
5.1. Participações de pré-aquisição ou pré-fusão	589
5.2. Participações de bloqueio	589
5.3. Controlo efectivo	589
6. CASO ESPECIAL. RELACIONAMENTO BANCOS/SEGUROS	590

PARTE IV

BREVE RESENHA DA SITUAÇÃO PORTUGUESA

CAPÍTULO I

REGIME CONCORRENCIAL BANCÁRIO NACIONAL E SUA CONJUGAÇÃO COM O REGIME COMUNITÁRIO

1. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	595
2. ASPECTOS GERAIS	597
2.1. Regime das participações	599
2.2. Regime das fusões e cisões de instituições de crédito	600
3. A LEGISLAÇÃO NACIONAL DE TUTELA DA CONCOR- RÊNCIA E DAS CONCENTRAÇÕES	601
4. ANÁLISE PROSPECTIVA	604
5. CONGEMINAÇÃO DO REGIME COMUNITÁRIO COM O REGIME PORTUGUÊS	606

TOMO V

ALGUMAS REFERÊNCIAS CONCLUSIVAS	611
(1) MULTICONCEPTUALIDADE CONCORRENCIAL BANCÁRIA	611
(2) ENQUADRAMENTO GLOBAL DO SECTOR BANCÁRIO	612
(3) PARTICULARIDADES DO SECTOR BANCÁRIO	613
(4) DO MERCADO COMUM À UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA ..	615
(5) ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO DO SECTOR	617
(6) CARACTERIZAÇÃO CONCORRENCIAL DO MERCADO BANCÁRIO ...	620
(7) A APLICAÇÃO DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA À ACTIVIDADE BANCÁRIA	628
(8) O SISTEMA JURÍDICO-CONCORRENCIAL BANCÁRIO	631
(9) APLICAÇÃO DAS REGRAS DA CONCORRÊNCIA AO SECTOR BAN- CÁRIO	640
(10) CONCENTRAÇÕES BANCÁRIAS	651
(11) REGIME JURÍDICO DAS CONCENTRAÇÕES BANCÁRIAS	653
(12) CONCLUSÕES GERAIS	655
BIBLIOGRAFIA	661